

Relendo a “interiorização da metrópole”: um olhar crítico das relações metrópole-colônia (1808-1822)

Luiz Felix da Silva Neto¹

Maria Eduarda da Silva²

Aurélio de Moura Britto³

Resumo

A Independência do Brasil é amplamente discutida na historiografia brasileira, contudo, se tratando de uma temática complexa e multifacetada, alguns aspectos acabam ofuscados, sendo assim, buscamos traçar um panorama geral do estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, e como os desenrolares desse processo se relacionam com a Independência. Nos propomos a analisar os impactos da vinda e da estadia da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, e como isso está ligado à Independência do Brasil, e à situação portuguesa. Por meio da técnica de um balanço historiográfico, foi possível perceber a singularidade das condições que levaram à independência, sendo menos violenta e acelerada, comparada às independências na América hispânica. Com a vinda da Corte Portuguesa, e a formação de uma nova elite política fluminense, que reorganizou o corpo burocrático da máquina estatal brasileira, a relação metrópole-colônia foi diretamente alterada, acarretando mudanças políticas em ambos os países.

Palavras-chave: Corte Portuguesa; Independência do Brasil; Historiografia.

1 Introdução

A interpretação do processo de Independência do Brasil, foi permeado de um simbolismo tanto para a metrópole quanto para a ex-colônia, ou seja, dentro da historiografia brasileira, e da portuguesa. Esse acontecimento criou e consolidou certas visões sobre o tema, que se tornaram mais ou menos estáticas dentro do campo historiográfico, e do próprio âmbito da cultura dos dois países, “Figurada como heróica emancipação da nação do jugo colonial, ou, simetricamente, como traumática perda do império” (MALERBA. 2006: 55).

¹ Centro Acadêmico da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. Acadêmico do curso de História do Centro Acadêmico da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. Ifelixneto@gmail.com.

² Centro Acadêmico da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. Acadêmico do curso de História do Centro Acadêmico da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. meduardasl2@gmail.com.

³ Centro Acadêmico da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. Orientador. Professor do curso de História do Centro Acadêmico da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. aurelio.britto@yahoo.com.br

Tendo em vista a proximidade do bicentenário da Independência do Brasil, atrelada à pertinência natural que surge através da retomada de debates sobre o tema, sabendo que se trata de uma temática multilateral, com vários prismas a serem analisados, nos propomos a fazer uma releitura do processo da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, como tal processo se relaciona com a Independência brasileira que viria à tona em 1822, de que maneira esse deslocamento da família real afetou Portugal, que continuou sofrendo ataques da França de Napoleão, e de que forma esse esquema geral alterou de forma significativa as relações metrópole-colônia. O texto clássico da Maria Odila, “A interiorização da metrópole”, serviu não só como inspiração para o título do presente artigo, mas como um dos nortes da análise proposta.

Uma das principais interpretações desse processo foi a do historiador marxista Caio Prado Júnior, que via a questão da independência como que ligada à uma certa continuidade do regime econômico do Brasil como colônia até o estabelecimento do Império, partindo de uma concepção de que a estrutura do Brasil foi sendo construída de maneira à favorecer os mercados estrangeiros indiretamente por meio de Portugal, que funcionava como intermediário para o comércio com outros países até o fim do período colonial, em que essa exclusividade do comércio internacional com Portugal era, para Caio Prado Jr., apenas uma forma artificial de manter a função que o Brasil tinha sido construído para, tanto é que após a independência, o Brasil continuava a ser uma espécie de “feitoria da Europa”, porque não podia ser outra coisa. Ao mesmo tempo, as contradições do Brasil não eram suficientes à tal ponto que possibilitasse a formação de uma identidade nacional, e um sentimento nacionalista, com isso Caio Prado Jr. trata como amena a influência das ideias, e das inconfidências como propugnadoras do processo de independência, pois a difusão de ideias iluministas e liberais era restrita à uma pequena escala, se restringindo à círculos de intelectuais, caracterizando assim sua interpretação da independência como sendo um processo conservador.

A explicação estrutural de Caio Prado, foi bastante influente na historiografia brasileira, com destaque à obra de Fernando Novais, que viria a relacionar a emergência do capitalismo industrial com a derrocada do sistema colonial, como sistemas incompatíveis, implicando que o desenvolvimento do próprio sistema colonial já traria em si sua própria crise e superação. No entanto, o avanço da Inglaterra industrial

demonstrou que não era incompatível o capitalismo e a escravidão como se pensou certas interpretações.

A noção do esgotamento do sistema colonial, é um tema bastante delicado, pois a prosperidade mercantil do Brasil, em fins dos setecentos, mostrava um aumento nas vendas de açúcar, devido a revolução haitiana e a perda desse mercado, e um aumento considerável nas vendas de algodão. Isso, somado à conjuntura de avanço da industrialização europeia, criou condições favoráveis à prosperidade do Império Português.

2 Metodologia

O método de análise utilizado para o presente artigo, foi o de um balanço historiográfico, analisando algumas das principais obras que abordam o processo de independência brasileira, e a vinda da Corte Portuguesa, tentando defrontar diferentes interpretações clássicas com algumas mais recentes, e buscando estabelecer uma síntese a partir das diferentes análises que a temática teve ao longo dos anos.

3 Resultados e Discussão

De acordo com Maria Odila, a conjuntura europeia, a pressão inglesa, e a vinda da Corte, propiciaram a transformação do Brasil de colônia à sua própria metrópole, não partindo de movimentos nacionalistas ou burgueses como na Europa, mas seguindo uma continuidade da estrutura política que vinha se estabelecendo, acompanhada da centralização política posteriormente, na segunda metade do século XIX. Essa própria organização servira para manter uma certa hegemonia das elites para evitar conflitos e principalmente por medo do haitianismo.

Com o advento das invasões napoleônicas em Portugal entre 1807 e 1810, e com a pressão exercida pela dominação inglesa, se desdobrou um processo de transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 para fugir da ameaça francesa. Tal processo, acabou difundindo um sentimento de desamparo nos portugueses, que viam a família real lhes abandonar, e estabelecer-se na até então colônia, que viria posteriormente, em 1815, a ser elevada a condição de Reino Unido. Esse conjunto de fatores, espalhou em Portugal a sensação de ser “colônia de uma colônia” (MALERBA, 2006: 184), já que a presença da Corte no Rio de Janeiro denunciava a perda da

autonomia do Reino português. Além disso, houvera também um crescente movimento, na qual ficava cada vez mais explícito que o Reino português estava fazendo um papel coadjuvante na relação econômica metrópole-colônia.

Com a vinda da família real em 1808, e com seu estabelecimento no Rio de Janeiro, grande parte da elite econômica fluminense se dispõe, de bom grado, a apoiar financeiramente a Corte, que teve enormes gastos para sua instalação, manutenção, e dentre outras pendências econômicas que viriam a surgir, na qual se abriam listas de subscrições voluntárias para despesas em alguma atividade da Coroa. Tal apoio partia do interesse que essa elite econômica tinha em ascender à cargos políticos, isenção de certos impostos, e outros fatores de reconhecimento social, como títulos e nobilitações. Com isso, formou-se um novo corpo burocrático composto por essa elite fluminense, que ocupou postos administrativos dentro da máquina estatal, e mostrou a relação colaborativa que se formou entre a Coroa portuguesa e a elite fluminense.

Em 1814, com a expulsão das tropas napoleônicas do território português, cresce em Portugal uma enorme expectativa do retorno da família real à Lisboa. Porém, tal interesse não era recíproco, somado a isso, o interesse da coroa portuguesa em participar do Congresso de Viena, é decretada a elevação do Brasil de colônia, à condição de Reino Unido. Com isso, a insatisfação dentro da sociedade portuguesa segue escalonando, tanto da parte dos liberais, quanto de outros setores da sociedade civil, e passam a exigir o retorno do rei, juntamente da volta da centralidade da ordem monárquica. No entanto, essas exigências, tiveram contornos diferentes, em particular nos grupos liberais, que defendiam a soberania nacional, e para eles a nação estava sendo desrespeitada devido às decisões do monarca, e isso haveria acarretado a decadência do reino.

Fomentada por todos esses descontentamentos, se inicia o processo histórico que ficaria conhecida como A Revolução Liberal do Porto, em agosto de 1820, revolução liderada por militares, que contou com apoio da nobreza e do corpo religioso, e que tinha como o principal objetivo fazer com que Dom João VI e a família real retornassem, e que se estabelecesse uma monarquia constitucional, assim limitando os poderes da monarquia, assim como o retorno da condição de colônia do Brasil. A regência intimou as cortes tradicionais, porém a frente da negativa dos liberais, estimulou a formação de várias juntas regionais. A partir disso, foi formado um novo

governo, em que era contido os setores mais tradicionais da nobreza do reino, associado aos liberais resistentes do Porto.

Em 31 de outubro de 1820, o governo de coalizão determinou as regras eleitorais para a convocação das cortes, e também foram adotados os critérios espanhóis. A adoção das definições de Cádiz inseriu a província como a última instância para a escolha dos deputados. As “províncias”, já não existiam mais no Brasil, e as aplicações dos critérios elevariam as tradicionais capitanias à condição de unidades provinciais, já que elas tinham uma relativa autonomia na escolha dos deputados. Em Portugal, foram eleitos os deputados, que se reuniram para iniciar os trabalhos das “Cortes Gerais, extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa”, para que assim fosse esclarecido o compromisso entre diversos setores, preservando a tradição das cortes e assim incorporando a concepção liberal.

4 Conclusões

Muitos autores, sem negar a tese da relativa prosperidade do sistema colonial até então, afirmam que já haviam sinais da crise iminente do antigo sistema colonial, sendo esses especialmente, o contrabando e as inconfidências. No entanto, as inconfidências se caracterizaram em sua maior parte por problemas regionais, e quanto ao contrabando, não ocorria numa escala à ponto de desestabilizar o império. O estopim da crise só se daria com a vinda da família real ao Brasil, somada à abertura dos portos às nações amigas (a Inglaterra em especial), afetando gravemente Portugal, que perdera boa parte de seus privilégios comerciais, levando seu comércio à crise, que viria encontrar seu apogeu em 1819.

Dentre as várias diferenças entre os processos de independência da América Espanhola e da América Portuguesa, algumas das principais foram a questão das independências da América hispânica terem sido lideradas e encabeçadas por militares, enquanto que a independência na América portuguesa foi encabeçada por políticos. Também vale destacar a questão da violência, que na América hispânica teve um contorno mais exacerbado, enquanto que na portuguesa a violência ocorreu de forma mais descentralizada, motivada mais por questões regionais do que um sentimento nacionalista de anseio à soberania, e também houve uma certa continuidade no processo brasileiro, que manteve uma estabilidade política e econômica, a fim de amenizar os

conflitos internos, como a questão da escravidão, já que o medo de uma revolta de escravos como ocorrera no Haiti, pairava no ar.

5 Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 459p.

DIAS, Maria Odila Silva. **A interiorização da metrópole (1808-1853).** in *1822: Dimensões*: São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, 484p.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 412p.

MALERBA, Jurandir. **A Independência Brasileira: Novas dimensões.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, 432p.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, 399p.